

MEMÓRIA

DENÚNCIAS DE FRAUDE PARARAM A CONSTRUÇÃO

Há quase seis anos, no dia 8 de julho de 1991, foi assinado o contrato 050/91, para construção do Hospital Regional do Paranoá, com 150 leitos. O prédio deveria ser construído pela empresa Mendes Carlos — vencedora da licitação — com dinheiro do governo federal.

A obra foi iniciada logo após a as-

sinatura do contrato, mas ficou paralisada entre os meses de agosto e dezembro daquele ano. Foi quando três deputados federais denunciaram irregularidades na licitação e na construção do hospital: Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS), Augusto Carvalho (PPS-DF) e Agnelo Queiroz (PC do B-DF).

O Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) e o Tribunal de Contas da União (TCU) investigaram as denúncias, que foram consideradas improcedentes. Apesar de ter sido retomada em dezembro de 1991, a obra foi novamente paralisada no

ano seguinte. A investigação foi retomada no TCU. No ano passado, relatório do ministro Adhemar Ghisi apontou irregularidades.

O processo também correu no Ministério Público. Em outubro do ano passado, o procurador da República no Distrito Federal Luiz Francisco Fernandes de Souza pediu esclarecimentos ao governo do Distrito Federal sobre as irregularidades. A Secretaria de Saúde deu início a uma sindicância interna para apurar as denúncias e concluiu que a empresa Mendes Carlos fraudou documentos para concorrer à licitação. (PT)